



AVISO

“No dia 20 de março fui pessoalmente levar toda a documentação para ele [Bolsonaro]”

Luís Claudio Miranda
Deputado federal

Siga o dinheiro. Prints de mensagens trocadas pelo deputado com o ajudante de ordens do presidente Jair Bolsonaro

da, chefe da divisão de importação do Ministério da Saúde, disse ao Ministério Público Federal ter sofrido uma “pressão incomum” de outra autoridade da pasta para assinar o contrato com a empresa brasileira Precisa Medicamentos, que intermediou o negócio com a Bharat Biotech.

PRESIDENTE.

Na última quarta-feira (23), outra bomba ‘explode’ no caso: o irmão do servidor, deputado federal Luís Claudio Miranda (DEM-DF), aliado de Bolsonaro, contou ao jornal Folha de S.Paulo que informou o presidente a respeito da pressão sobre Luís Ricardo e dos indícios de irregularidade no contrato para comprar a Covaxin.

Segundo o parlamentar, Bolsonaro respondeu que acionaria a Polícia Federal para investigar o caso, mas nada fez.

Os dois irmãos depuseram na CPI da Covid na última sexta-feira (25) e confirmaram o que disseram à imprensa. Luís Ricardo contou a pressão que sofreu internamente no Ministério da Saúde para assinar o contrato com a intermediária.

O deputado Miranda também relatou os diversos ataques que vem sofrendo depois que expôs o caso. Ele chegou vestindo colete à prova de balas para o depoimento na CPI.

CONTRADIÇÕES.

O valor final aceito pelo governo para comprar a Covaxin chama atenção porque o Eduardo Pazuello afirmou à CPI da Covid que um dos motivos para sua gestão recusar a

oferta de 70 milhões de doses da americana Pfizer, no ano passado, seria o preço alto do imunizante. Acontece que a vacina foi oferecida ao Brasil por US\$ 10 dólares, metade do preço cobrado pela farmacêutica dos governos dos Estados Unidos e do Reino Unido.

Outra razão apresentada por Pazuello para rejeitar a oferta da Pfizer em 2020 foi o fato de a vacina, naquele momento, ainda não ter a aprovação da

Anvisa. No entanto, o contrato da Covaxin foi firmado sem essa aprovação prévia. Apenas no início de junho a importação foi autorizada, com algumas restrições.

O Ministério Público Federal investiga se houve irregularidades no contrato com a Precisa Medicamentos, que intermediou o negócio com a empresa indiana.

Aos procuradores, Luís Ricardo Miranda disse que um dos responsáveis pela pressão que sofreu para fechar a compra veio do tenente-coronel Alex Lial Marinho, ex-coordenador-geral de Logística de Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde na gestão Pazuello.

“No dia 20 de março fui pessoalmente, com o servidor da Saúde que é meu irmão, e levamos toda a documentação para ele [Bolsonaro]”, disse o deputado federal Luís Claudio Miranda em entrevista à Folha de S.Paulo. “Tem coisa mais grave, bem mais grave [do que a pressão sobre o irmão]. Inclusive erros no contrato, formas irregulares na apresentação do contrato, datas de vencimento das vacinas incompatíveis com a importação”.

OUTROLADO

Governo Bolsonaro nega irregularidades e anuncia investigação a irmãos Miranda

POSIÇÃO. Em resposta a suspeitas de irregularidades na compra da vacina Covaxin, representantes do Planalto afirmaram que a Presidência pediu a abertura de investigações na Polícia Federal e na PGR (Procuradoria-Geral da República) contra o servidor Luís Ricardo Miranda e o deputado federal Luís Claudio Miranda (DEM-DF), que são irmãos e autores de denúncias de que houve pressão atípica

para a compra do imunizante indiano. O recado foi dado pelo ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Onyx Lorenzoni, ao lado do assessor especial da Casa Civil Elcio Franco, que é um dos investigados na CPI da Covid. “Quero alertar ao deputado Luís Miranda: o que foi feito hoje, no mínimo, é denúncia caluniosa, e isso é crime tipificado no Código Penal”, disse Lorenzoni, que também acusou os irmãos de fraude processual. ■

1,6

BILHÃO

de reais é o valor da compra de 20 milhões de doses da vacina indiana Covaxin pelo governo brasileiro